



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA

TERMOS DE COMPROMISSO DE GESTÃO - TCG

Análise dos Resultados Obtidos

Leonardo Jordão da Silva

Analista em C&T
(Redator)

Carlos Oití Berbert

Coordenador-Geral das Unidades de Pesquisa

Índice

Introdução	03
Análise geral dos indicadores utilizados	05
Indicadores Físicos e Operacionais	05
Indicadores Administrativo-Financeiros	11
Indicadores de Recursos Humanos	15
Indicadores de Inclusão Social	18
Comentários finais	19
Anexos	21
Gráficos sobre os indicadores de Caráter Nacional	
IPUB – Índice de Publicação	22
IGPUB – Índice Geral de Publicação	23
PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional	24
PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional ...	25
PcTD – Processos e Técnicas Desenvolvidos	26
PPBD – Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos	27
APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento	28
RRP – Relação entre Receita Própria e OCC	29
IEO – Índice de Execução Orçamentária	30
ICT – Índice de Capacitação e Treinamento	31
PRB – Participação Relativa de Bolsistas	32
PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado	33

Introdução

As atividades descritas nos Relatórios anuais das Unidades de Pesquisa (UPs) referem-se aos projetos estruturantes, as linhas de pesquisa e ações e as especificidades técnicas, seguindo as orientações da política do MCT, formalizadas nas missões institucionais específicas por intermédio de Planos Diretores quinquenais que especificam as metas e ações plurianuais. Os resultados destas ações são acompanhados anualmente por um instrumento de gestão, denominado Termo de Compromisso e Gestão (TCG), formalizado com a assinatura do Ministro da Ciência e Tecnologia e os correspondentes dirigentes de cada instituição de pesquisa, elaborados e discutidos anualmente sob supervisão da SCUP.

O estabelecimento desse processo visa democratizar e tornar transparente a seleção da mais importante diretriz institucional, privilegiando a excelência e a experiência técnica requerida para uma instituição de pesquisa científica.

Esses documentos são amplamente divulgados e disponibilizados na página web deste Ministério, para dar transparência e publicidade ao processo e aplicação dos recursos. Os resultados das pesquisas e o andamento de todas as metas estabelecidas nesses contratos são disponibilizados anualmente nesta página da web com a apresentação dos relatórios anuais, que são avaliados pela evolução histórica de indicadores tanto específicos da área de Ciência e Tecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento, como por indicadores administrativos e financeiros e de recursos humanos e sociais.

O desafio de aprimorar estes instrumentos é constante. As metas são revisadas e a praticidade, a governabilidade e a eficácia dos indicadores estão sempre sendo checados para atentar às mudanças e às exigências do avanço da pesquisa científica e de seu retorno socioeconômico.

Neste relatório a SCUP apresenta os principais resultados operacionais e gerenciais obtidos pelas UPs em 2010, expressos nos TCGs assinados, e que têm por finalidades principais:

- Promover crescente interação entre as Unidades e o Ministério, sob o ponto de vista gerencial, científico e tecnológico;
- Proporcionar orientação para o gerenciamento de atividades de C&T nas UPs;
- Integrar ações eventualmente dispersas entre as UPs;
- Levantar elementos que permitam, a cada ano, melhor avaliar o desempenho da evolução da C&T no Ministério por intermédio de suas UPs;
- Reforçar, ou redirecionar, determinadas linhas de atuação das UPs, à luz das prioridades nacionais/regionais e dos resultados obtidos no ano anterior;
- Resgatar e aplicar informações importantes dispersas dentro das próprias UPs; e
- Construir bases de dados e sistemas integrados que contribuam para o levantamento de informações sobre o desenvolvimento da C&T em nível do MCT, permitindo comparar seu desempenho à luz dos demais Institutos da área, no Brasil e no exterior.

Sendo amplamente discutidos com a Alta Direção de cada UP antes de sua assinatura, os TCGs constituem-se em instrumentos altamente democráticos e consensuais, na medida em que se trata de uma pactuação, com premissas estabelecidas para ambas as partes: Ministério e cada Unidade de Pesquisa. Nessa pactuação, cabe ao MCT:

- Assegurar os recursos orçamentários e financeiros necessários à execução dos programas, projetos e atividades das UPs;
- Articular-se, quando necessário, com unidades internas e externas ao Ministério para a consecução das metas pretendidas;
- Auxiliar as UPs na busca de fontes externas de recursos financeiros, quando acionado;
- Modernizar o sistema de controle, eliminando empecilhos burocráticos ao processo decisório de gestão das Unidades.

Dentro desses princípios, os TCGs consolidaram-se ao longo de quase uma década como importante instrumento de gestão interna das Unidades e como base de acompanhamento e avaliação institucional por parte do MCT.

Além disso, equipes de controle e fiscalização da Controladoria Geral da União estão utilizando o TCG como um dos instrumentos básicos para o seu relatório de avaliação de algumas Unidades, reforçando a seriedade com que esse instrumento é encarado dentro do Ministério.

Apesar desta experiência, no entanto, os TCGs estão sempre se atualizando, através de correções de eventuais distorções, omissões, avaliações imprecisas quanto aos indicadores, metas e respectivos pesos, assim como as necessidades de redirecionamento para o ano seguinte.

Em 2011, os TCGs foram assinados com todas as Unidades de Pesquisa de Administração Direta do MCT, a saber:

- CBPF- Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas;
- CTI – Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer;
- CETEM – Centro de Tecnologia Mineral;
- IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia;
- INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia;
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
- INSA – Instituto Nacional do Semiárido;
- INT – Instituto Nacional de Tecnologia;
- LNA – Laboratório Nacional de Astrofísica;
- LNCC – Laboratório Nacional de Computação Científica;
- MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins;
- MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi; e
- ON – Observatório Nacional.

Análise Geral dos Indicadores Nacionais

Os indicadores utilizados nos Termos de Compromisso de Gestão são divididos em três grandes categorias:

- 1º. Nacionais** (aplicados a todas as Unidades);
- 2º. Focais** (específicos para grupos de Unidades com atuação em áreas similares de C&T);
- 3º. Institucionais** (exclusivos de cada Unidade e por elas propostos).

Esses indicadores têm a pretensão de avaliar a gestão de treze (13) segmentos de ação comuns entre as UPs, dos quais seis (6) são de caráter físico-operacional, três (3) de caráter administrativo-financeiro, três (3) relativos a recursos humanos e um (1) relacionado às atividades de inclusão social, além, é claro, do desempenho específico de cada Unidade de Pesquisa do MCT. Os resultados finais podem ser visualizados nos gráficos que constituem os Anexos deste Relatório. **Porém, as tabelas, assim como os respectivos gráficos construídos para cada indicador, não têm o objetivo de estabelecer comparações de desempenho entre as Unidades de Pesquisa.** E nem devem servir para isso, dadas as diferenças de missão, objetivos, infraestrutura, e até mesmo a cronologia de existência de cada uma. No entanto, servem para mostrar a eficiência e eficácia de gestão em relação ao ano precedente, assim como, em seu conjunto, demonstram os problemas que o MCT pode e deve auxiliar a solucioná-los.

Indicadores Físico-Operacionais

Nesta década, vem surgindo nas UPs do MCT a necessidade premente de contratação de pesquisadores e gestores qualificados para se atingir as metas pactuadas. A solução tem sido a contratação temporária de serviços de terceiros e a utilização de programas de bolsas das agências de governos locais e federal. Estas ações têm uma determinada complexidade que eventualmente pode não permitir uma governabilidade integral dos indicadores específicos escolhidos pelas UPs. Daí ser possível observar, de um ano para outro, alterações de desempenho que são refletidas numa flutuação de resultados positivos e negativos dos indicadores. Outro fator que influencia os resultados do TCG são as mudanças na direção de determinadas Unidades de Pesquisa que demandam, em alguns casos, a reestruturação de equipe de gestores, podendo introduzir alguma dificuldade no trâmite e na coleta dos dados.

Esta explanação visa dar ao leitor uma noção de que, apesar de todos os esforços empreendidos pela maioria das UPs na melhoria deste instrumento de Acompanhamento e Avaliação Institucional, pode existir uma pequena imprecisão nos dados aqui apresentados, devido a alguma coleta que não foi acurada em sua perfeição integral. Mas pode-se garantir que estes pequenos erros não comprometem o panorama que se apresenta a seguir.

Computadas as treze Unidades de Pesquisa analisadas, as metas para os indicadores físico-operacionais tiveram resultados acadêmicos melhores em 2010 do que em 2009, incluindo o aumento dos projetos de pesquisa básica desenvolvidos.

Sugere-se ao leitor que estiver interessado na complexidade de interpretações dos dados apresentados aqui recorrer conjuntamente ao documento formal do TCG de cada UP, aos relatórios integrais e aos relatórios executivos que são disponibilizados anualmente ao público pelo MCT e podem ser encontrados na sua página eletrônica na Internet, através do endereço: www.mct.gov.br/scup

IPUB – Índice de Publicação

O resultado do **IPUB** para 2010 aumentou a produtividade em 8,09% em relação ao ano de 2009. Observa-se também, no referido quadro, que apenas duas UPs apresentaram variação negativa: LNA e ON. Essa variação se deve a sazonalidade das próprias publicações científicas. Lembre-se que, para este indicador, não são computados os trabalhos apenas aceitos para publicação, mas, sim, aqueles efetivamente publicados durante o ano. Esta sistemática revela um desempenho um tanto variável, para algumas Unidades de Pesquisa, de ano para ano. O CETEM teve um expressivo aumento no IPUB com 91%.

Tabela 1. IPUB – Índice de Publicação

UPs	NPSCI		TNSE		IPUB		Varição (%)
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	226	230	80	78	2,83	2,95	+ 4,38
CETEM	8	15	54	53	0,15	0,28	+ 91,04
CTI	7	14	106	130	0,07	0,11	+ 63,08
IBICT	-	-	-	-	-	-	-
INPA	61	84	223	207	0,27	0,41	+ 48,35
INPE	321	338	729	707	0,44	0,48	+ 8,57
INSA	-	-	-	-	-	-	-
INT	-	-	-	-	-	-	-
LNA	18	12	12	12	1,50	1,00	- 33,33
LNCC	60	65	52	47	1,15	1,38	+ 19,86
MAST	0	0	23	27	0,00	0,00	-
MPEG	55	64	127	122	0,43	0,52	+ 21,13
ON	65	49	54	50	1,20	0,98	- 18,58
Total	821	871	1460	1433	0,56	0,61	+ 8,09

IPUB = NPSCI / TNSE

Unidade: Nº de publicações por técnico, com duas casas decimais.

NPSCI = Nº de publicações em periódicos, com ISSN, indexados no SCI, no ano.

TNSE = Σ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

IGPUB – Índice Geral de Publicação

O **IGPUB**, em 2010, apresentou uma variação positiva de **+5,6%** com relação a 2009. Os resultados mais preocupantes foram os apresentados pelo IBICT e INSA, com variações negativas de **-82,1%** e **-68,10%**, respectivamente. Embora o LNA não tenha apresentado um IPUB satisfatório, o IGUP foi o mais significativo entre as Unidades de Pesquisa com o valor de **+96%**. Destaca-se, também, o bom resultado apresentado pelo INPA com o índice de **+43,5%**. O reflexo dessa atividade se reflete nos índices positivos mostrados para estas instituições nessa tabela.

Tabela 2. IGPUB – Índice Geral de Publicação

UPs	NPGPB		TNSE		IGPUB		Variação (%)
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	251	283	80	78	3,14	3,63	+ 15,70
CETEM	112	82	54	53	2,07	1,55	- 25,40
CTI	119	184	106	130	1,12	1,42	+ 26,10
IBICT	67	12	34	34	1,97	0,35	- 82,10
INPA	551	734	223	207	2,47	3,55	+ 43,50
INPE	1780	1721	729	707	2,44	2,43	- 0,30
INSA	27	7	16	13	1,69	0,54	- 68,10
INT	120	115	174	172	0,69	0,67	- 3,10
LNA	25	49	12	12	2,08	4,08	+ 96,00
LNCC	154	127	52	47	2,96	2,70	- 8,80
MAST	60	72	23	27	2,61	2,67	+ 2,20
MPEG	348	354	127	122	2,74	2,90	+ 5,90
ON	128	136	54	50	2,37	2,72	+ 14,80
Total	3742	3876	1684	1652	2,22	2,35	+ 5,60

IGPUB = NPGPB / TNSE

Unidade: N^o de publicações por técnico, com duas casas decimais.

NPGPB = (N^o de artigos publicados em periódicos com ISSN indexados no SCI ou em outro banco de dados) + (N^o de artigos publicados em revista de divulgação científica nacional ou internacional) + (N^o de artigos completos publicados em congresso nacional ou internacional) + (N^o de capítulos de livros), no ano.

TNSE = Σ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

Obs.: Consideradas somente as publicações e textos efetivamente publicados no ano de 2010. Ou seja, não são computadas pesquisas finalizadas cujos resultados encontram-se no prelo dos veículos de divulgação.

PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional

A Tabela 3 revela um aumento da formalização das cooperações internacionais de 2010 em relação a 2009 de cerca de +7%. Este quadro reverte o resultado ocorrido entre 2009 e 2008, no qual o comportamento médio de desempenho foi -26%. A Tabela 3 também aponta para uma redução ou manutenção dos mecanismos formais de cooperação internacional para minoria dos institutos de pesquisa. São cinco UPs que apresentam resultado negativo ou nulo. Por outro lado, os resultados positivos de grande expressividade foram representados pelo IBICT e CTI. O decréscimo em 2010 (de -75% da cooperação internacional) no **CETEM** reflete uma reavaliação interna quanto à validade dos instrumentos legais, conforme orientação fornecida pela SCUP/MCT. Alerta-se para não confundir esse indicador como um termômetro da internacionalização da pesquisa realizada pelas UPs. Ele apenas revela a formalização das cooperações institucionais. Existem outros mecanismos para análise da internacionalização dos resultados das pesquisas que não são tratados neste indicador (revistas indexadas com referees

internacionais, participação individual dos pesquisadores em redes internacionais de pesquisa apoiadas por organismos internacionais etc).

Tabela 3. PPACI – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional

UPs	NPPACI		Variação (%)
	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	28	32	+ 14
CETEM	12	3	- 75
CTI	19	24	+ 26
IBICT	4	2	+ 50
INPA	37	42	+ 14
INPE	38	45	+ 18
INSA	2	2	-
INT	15	16	+ 7
LNA	11	10	- 9
LNCC	19	23	+ 21
MAST	4	3	- 25
MPEG	33	38	+ 15
ON	28	28	-
Total	250	268	+ 7

PPACI = NPPACI

Unidade: N° de Programas, Projetos e Ações, sem casa decimal

NPPACI = N° de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa. Em apêndice próprio, deve ser apresentada lista com o nome e o país das instituições estrangeiras. No caso de organismos internacionais, será omitida a referência a país.

Obs.: Consideram-se apenas os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições estrangeiras. Ou seja, que estejam em desenvolvimento efetivo, excluindo-se, portanto, aqueles programas e projetos que dependem da assinatura de um documento institucional. Como documento institucional / formal entende-se, também, cartas, memos e similares assinados / acolhidos pelos dirigentes da instituição nacional e sua respectiva contraparte estrangeira.

PPACN – Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional

Como pode ser observado na Tabela 4, a cooperação nacional em 2010 aumentou em dez UPs com relação a 2009 e reduziu em três delas. O acréscimo das cooperações nacionais foram mais expressivos para as UPs: CTI, INPE, LNCC e MAST. O acréscimo das cooperações nacionais do CETEM reflete um aumento de interações com outros ministérios, em especial os acordos e convênios com o Ministério de Minas e Energia. O cômputo geral de todas as Unidades aumentou em **+10%**, representando uma reversão do que ocorrera entre 2009 e 2008, quando houve um decréscimo de **-9%**. Este comportamento também tem sido oscilante entre valores positivos e negativos nos últimos três anos. O atual resultado positivo reflete os vários mecanismos de cooperação entre pesquisadores e grupos de pesquisas efetivamente

formalizados, a exemplo das participações em redes de pesquisa, apoiadas por agências de fomento no país, tanto federais como estaduais.

Tabela 4. PPACN - Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional

UPs	NPPACN		Variação (%)
	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	34	38	+ 12
CETEM	26	31	+ 19
CTI	65	80	+ 23
IBICT	75	84	+ 12
INPA	130	137	+ 5
INPE	66	96	+ 45
INSA	20	17	- 15
INT	154	141	- 8
LNA	21	18	- 14
LNCC	62	81	+ 31
MAST	29	36	+ 24
MPEG	124	132	+ 6
ON	41	42	+ 2
Total	847	933	+ 10

Unidade: Nº de Programas, Projetos e Ações, sem casa decimal

NPPACN = Nº de Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, no ano, a serem listados pela Unidade de Pesquisa.

Obs.: Consideram-se apenas os Programas, Projetos e Ações desenvolvidos em parceria formal com instituições nacionais, ou seja, que estejam em desenvolvimento efetivo, excluindo-se, portanto, aqueles programas e projetos que dependem da assinatura de um documento institucional.

PcTD - Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos

O **PcTD** mede, em linhas gerais, a capacidade das Unidades em gerar tecnologia, e, por isso, tem peso maior naquelas Unidades de Pesquisa com maior vertente tecnológica. Da Tabela 5 abaixo, com exceção do CTI, se observa que o desempenho deste indicador em 2010 foi positivo nas demais Unidades de Pesquisa, com um expressivo aumento de **+44%**. Este sucesso se deve aos expressivos resultados do CETEM (**+203%**), INT (**+100%**), CBPF (**+75%**) e INPE (**+38%**). No CETEM, o resultado é fruto do desenvolvimento de ações de P,D&I e serviços tecnológicos junto às empresas, registra-se pelo número de relatórios técnicos de processos e técnicas desenvolvidas em 2010. No INT, a meta superada deve-se ao esforço da Divisão de Desenho Industrial na manutenção de seu nível histórico de produção de protótipos. O CTI apresentou um resultado insatisfatório de **-61%** em relação a 2009. A criação do Parque Tecnológico no CTI pode reverter este quadro para o ano de 2011.

Tabela 5. PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos

UPs	NPTD		TNSEt		PcTD		Variação (%)
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	12	21	17	17	0,71	1,24	+ 75
CETEM	35	53	106	53	0,33	1,00	+ 203
CTI	46	43	54	130	0,85	0,33	- 61
IBICT	-	-	-	-	-	-	-
INPA	12	15	10	12	1,20	1,25	+ 4
INPE	370	529	312	323	1,19	1,64	+ 38
INSA	-	-	-	-	-	-	-
INT	140	277	174	172	0,80	1,61	+ 100
LNA	-	-	-	-	-	-	-
LNCC	25	30	16	18	1,56	1,67	+ 7
MAST	-	-	-	-	-	-	-
MPEG	-	-	-	-	-	-	-
ON	-	-	-	-	-	-	-
Total	640	968	689	725	0,93	1,34	+ 44

PcTD = NPTD / TNSEt

Unidade: N^o por técnico, com duas casas decimais.

NPTD = N^o total de processos, protótipos, softwares e técnicas desenvolvidos no ano, medido pelo n^o de relatórios finais produzidos.

TNSEt = Σ dos Técnicos de nível superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

Obs.: Os técnicos deste indicador são listados no relatório anual da Unidade de Pesquisa com seus respectivos cargos/funções. Exclui-se, neste indicador, o estágio de homologação do processo, protótipo, software ou técnica que, em algumas UPs, se segue à conclusão do trabalho. Tal estágio poderá, eventualmente, constituir-se em indicador específico para a UP. Da listagem comprobatória deverão constar os nomes dos responsáveis.

PPBD - Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos

O **PPBD** é um índice que tem peso maior nas UPs de viés mais acadêmico. Daí não ser pactuado pelas UPs que têm uma atuação voltada para inovação tecnológica ou de serviços com fins sócio-econômicos. O índice geral foi **+9%** superior ao gerado em 2009, conforme se observa na Tabela 6. Como destaque, vale ressaltar a atuação do INSA (**+55%**) que influenciou sobremaneira nesse resultado positivo. Esta variação tem sido positiva nos últimos anos. Na variação dos três anos subseqüentes. Este aumento do índice se deu em grande parte em função da aprovação de novos projetos captados de fontes externas, com destaque para os editais das agências de fomento governamentais. O MAST apresentou resultado negativo de **-11%**. Outra Unidade que merece destaque foi o ON (**+23%**), sobretudo com os projetos na área de geofísica.

Tabela 6. PPBD – Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos

UPs	PROJ		TNSE		PPBD		Variação (%)
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	40	44	80	78	0,50	0,56	+ 13
CETEM	-	-	-	-	-	-	-
CTI	-	-	-	-	-	-	-
IBICT	-	-	-	-	-	-	-
INPA	186	235	120	151	1,55	1,56	-
INPE	-	-	-	-	-	-	-
INSA	23	29	16	13	1,44	2,23	+ 55
INT	-	-	-	-	-	-	-
LNA	-	-	-	-	-	-	-
LNCC	129	133	43	42	3,00	3,17	+ 6
MAST	25	26	23	27	1,09	0,96	- 11
MPEG	136	139	127	119	1,07	1,17	+ 9
ON	74	84	54	50	1,37	1,68	+ 23
Total	613	690	463	480	1,32	1,44	+ 9

PPBD = PROJ / TNSE

Unidade: Nº de projetos por técnico, com duas casas decimais.

PROJ = Nº de projetos desenvolvidos no ano.

TNSE = Σ dos Técnicos de Nível Superior vinculados diretamente à pesquisa (pesquisadores, tecnologistas e bolsistas), com doze ou mais meses de atuação na Unidade de Pesquisa/MCT completados ou a completar na vigência do TCG.

Indicadores Administrativo-Financeiros

APD - Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

O **APD** mede a capacidade da UP em destinar recursos de seu orçamento de custeio e capital em projetos científicos e tecnológicos, e seu comportamento geral em 2010 foi cerca de **-7%** inferior ao perfil de 2009 (Tabela 7), similar ao perfil de 2009-2008 que teve **-3%**. As Unidades de Pesquisa do MCT também têm tido apoio dos Fundos Setoriais e outras fontes de financiamento que destinam recursos para aplicação exclusiva em projetos de pesquisa científica e tecnológica ou para a recuperação e expansão de infraestrutura básica para a pesquisa, entretanto em 2010 este indicador foi menos expressivo do que em 2009.

Este indicador precisa ser avaliado relativizando o “tamanho” institucional. Analisando a Tabela 7, a redução apresentada na maioria dos institutos (sete Unidades de Pesquisa apresentam índices negativos) pode refletir o aumento dos custos de manutenção (energia, segurança, informática, etc.) que vem ocorrendo no país inteiro. É interessante observar a situação contrária (os valores positivos): os três institutos com maior índice positivo, o CETEM (**+70%**), INPA (**+20%**) e INPE (**+15%**) são instituições com orçamentos relativamente bem maiores, mesmo assim foram os índices mais altos. Uma das razões que explicam esse resultado é a capacidade destas instituições de

obter recursos de outras fontes para a pesquisa científica propriamente dita (Amazônia é uma das prioridades nacionais e a pesquisa na área espacial tem custos muito altos e quando os grandes projetos são executados, os investimentos refletem sua dimensão). O resultado expressivo do CETEM reflete a aplicação integral do valor destinado ao orçamento do custeio das atividades de pesquisa, exemplo que deve seguido pelas demais UPs.

Tabela 7. APD – Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento

UPs	APD		Varição (%)
	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	38	31	- 18
CETEM	20	34	+ 70
CTI	36	38	+ 6
IBICT	47	33	- 30
INPA	40	48	+ 20
INPE	71	82	+ 15
INSA	78	52	- 33
INT	70	61	- 13
LNA	58	43	- 26
LNCC	41	40	- 2
MAST	36	36	-
MPEG	15	6	- 60
ON	64	64	-
Média	47	44	- 7

$$APD = [1 - (DM / OCC)] * 100$$

Unidade: %, sem casa decimal.

DM = Σ das despesas com manutenção predial, limpeza e conservação, vigilância, informática, contratos de manutenção com equipamentos da administração e computadores, água, energia elétrica, telefonia e pessoal administrativo terceirizado, no ano.

OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 100 / 150.

Obs. Consideram-se todos os recursos oriundos das dotações de Outros OCC, das fontes 100 e 150, efetivamente empenhados e liquidados no período.

RRP – Relação entre Receita Própria e OCC

A Tabela 8 revela um resultado que vem se repetindo nos últimos anos. Todas as Unidades de Pesquisa vêm tendo sucesso na obtenção de recursos provenientes de outras fontes, além dos seus recursos de capital e custeio pré-estabelecidos em seus orçamentos anuais. O ano de 2010 teve aumento na capitação externa em relação a 2009, perfazendo um acréscimo médio de **+34%**, mostrando a grande capacidade na busca de valores extra-orçamentários. A FINEP tem um papel importante para viabilizar a construção dos novos laboratórios com comissionamento de equipamentos de alta tecnologia e de alto custo. Merecem destaque o LNCC (**+210%**), INPE (**+93%**), INT (**+58%**) e MAST (**+53%**), que em 2010 avançaram expressivamente em

avançados laboratórios de caracterização de materiais das elaboradas técnicas contemporâneas e de nível internacional.

Esse resultado se deve, primeiro, em função do aproveitamento das oportunidades surgidas junto às agências de fomento e ao apoio da SCUP; segundo, ao empenho dos pesquisadores na busca de recursos para a execução de seus projetos; terceiro, à concessão de recursos do CT-Infra, destinados à construção e manutenção de oficinas e laboratórios.

Tabela 8. RRP – Relação entre Receita Própria e OCC

UPs	RRP		Variação (%)
	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	68	76	+ 12
CETEM	53	81	+ 53
CTI	155	186	+ 20
IBICT	74	69	- 7
INPA	47	49	+ 4
INPE	15	29	+ 93
INSA	12	0	- 96
INT	193	305	+ 58
LNA	33	2	- 94
LNCC	51	158	+ 210
MAST	69	125	+ 81
MPEG	38	51	+ 34
ON	104	87	- 16
Média	70	94	+ 34

$$\text{RRP} = \text{RPT} / \text{OCC} * 100$$

Unidade: % sem casa decimal

RPT = Receita Própria Total incluindo a Receita própria ingressada via Unidade de Pesquisa, as extraorçamentárias e as que ingressam via fundações, em cada ano (inclusive Convênios e Fundos Setoriais e de Apoio à Pesquisa).

OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150 / 250.

IEO - Índice de Execução Orçamentária

Em 2010, o resultado geral foi **-1%** menor ao do ano anterior (Tabela 9). Sete institutos melhoraram o desempenho, sendo três delas em torno ou acima de 10%. Seis Unidades apresentaram valores negativos ou nulos em relação a 2009. As razões não obedecem a um padrão único, como se observa nos relatos a seguir:

CBPF: Como em 2009, destaque-se, ainda, que repasses orçamentários concedidos pela SCUP atendendo solicitação da unidade também impactaram o resultado, mas foram essenciais para a execução das atividades.

CETEM: Em 2010, a execução orçamentária atingiu 91%. Todavia, se considerarmos a inscrição de restos a pagar, o mesmo se situaria em 99%.

CTI: O resultado ficou próximo da meta prevista. Assim como o indicador APD, estão sendo considerados apenas os valores liquidados, entretanto foram empenhados 98% do total da dotação orçamentária.

IBICT: Em 2010, o índice realizado foi maior do que o valor pactuado.

INPA: No segundo semestre foram executados 53% do limite de empenho autorizado para o exercício de 2010 e no ano um total de 82%, representando um excelente desempenho na execução orçamentária do Instituto. Os índices previstos para 2010 foram superestimados haja vista que é praticamente inviável se obter 70% de execução em menos de seis meses, como no 1º semestre, uma vez que nos três primeiros meses do ano trabalhamos com 1/12 avos em cada mês.

INPE: A diferença neste indicador deveu-se ao processo administrativo interno que requer uma série de procedimentos licitatórios e legais que demandam diversas interações (internas e externas), imprevistos e tempo. Muitos dos processos de compra tiveram um tempo maior do que o esperado entre o empenho, que foi alto, e o resultado da licitação com a correspondente liquidação, daí não sendo executados no mesmo exercício. O acúmulo de licitações no final do ano acentuou esta diferença.

INSA: Em 2010, o resultado apresentado justifica-se pela não execução de cerca de R\$ 659.435,68 já empenhados (mas não liquidados) na compra de móveis e para pagamento da Obra da Sede, o que, na prática, atingiria o valor pactuado.

INT: Meta de 2010 não foi atingida em função da demora dos processos licitatórios da unidade Nordeste (CETENE), mesmo o valor em 2010 foi +58% maior do que em 2009.

LNA: Conforme prática do LNA são considerados apenas os recursos das ações 2000 e 4126 (considerando a facilidade da execução dos recursos da ação 200D). O MCT autorizou o empenho dos recursos até o limite da LOA que montavam em R\$ 1.525.687,87 (ação 2000) mais R\$ 1.250.000 (ação 4126). Portanto, OCCe = R\$ 2.775.687,87.

LNCC: A execução do Orçamento do LNCC foi de 76,8%, porém considerando ainda que 21,2% ficaram em Restos a Pagar, esse percentual sobe para 98%, ficando apenas 2% de saldo não utilizado. Essa execução poderia ter sido maior se o corpo administrativo do LNCC fosse dimensionado de forma adequada a atender a demanda. Além da execução do próprio orçamento, o LNCC é responsável pela execução de recursos associados a emendas parlamentares e/ou ao programa de inclusão social através da SECIS/MCT. Uma equipe maior e treinada levaria a diminuição do tempo para atender as recomendações feitas pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico – NAJ/RJ e assim dar andamento aos processos de licitações que ficaram pendentes, como no caso de R\$ 130.600,00 do plano de trabalho 4793 e de R\$ 36.168,06 do plano de trabalho 4759. Já o saldo da Receita Própria de R\$ 40.000,00 somente seria utilizado caso houvesse necessidade.

MAST: O grande empenho da equipe administrativa permitiu a execução quase integral do orçamento.

MPEG: Meta parcialmente atingida, tendo em vista, que o Museu Goeldi executou 99,6% dos recursos recebidos do Tesouro via MCT (Fonte 100, 150), sendo que 11,6% do montante recebido estão em restos a pagar.

ON: Todo o orçamento autorizado pela LOA mais os destaques orçamentários, que totalizaram recursos no valor de R\$ 9.575.522,31 foi empenhado em despesas, restando a parcela de R\$ 814.074,81 (8,5%) de restos a pagar.

Tabela 9. IEO – Índice de Execução Orçamentária

UPs	IEO		Varição (%)
	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	86	87	+ 1
CETEM	79	91	+ 15
CTI	84	91	+ 8
IBICT	95	112	+ 18
INPA	77	82	+ 6
INPE	84	56	- 33
INSA	94	70	- 25
INT	83	83	-
LNA	72	62	- 14
LNCC	80	77	- 4
MAST	91	96	+ 5
MPEG	81	88	+ 9
ON	94	92	- 2
Média	85	84	-1

IEF = RFE / OTA * 100

Unidade: % sem casa decimal

RFE = Recursos financeiros executados (fonte 100 + fonte 150), incluindo pessoal

OTA = Orçamento Total Aprovado (fonte 100 e 150), incluindo pessoal
VOE/OCCe*100

Indicadores de Recursos Humanos

ICT - Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento

Este indicador avalia a capacidade da instituição de pesquisa implementar programas de capacitação de seus servidores. Dos três indicadores relativos a Recursos Humanos, este é o único que é contabilizado no sistema de avaliação anual que atribui uma Nota/Conceito desempenho. Observa-se que as direções das Unidades de Pesquisa do MCT são sensíveis a esta necessidade de aperfeiçoamento e, nos últimos anos, não tem ocorrido falta de recursos no orçamento institucional para apoiar programas de treinamento de uma maneira geral, em especial para atender a melhoria do quadro de gestão, incluindo os tradicionais cursos de língua e informática. A grande dificuldade tem sido na liberação de servidores de gestão para participar de cursos de mais longa duração, em função da redução do número de servidores neste quadro funcional, tornando crítica ou até mesmo impossibilitando a liberação do servidor em horário de expediente, pela absoluta falta de reposição desta força de trabalho.

Em 2010, somente quatro Unidades de pesquisa tiveram este índice com variação positiva, com destaque ao IBICT e CBPF que resultaram em

percentuais na casa das centenas. Entretanto, analisando a tabela como um todo, a média destes investimentos tem sido em torno de -2%, com uma variação negativa para grande maioria das UPs.

Tabela 10. ICT – Índice de Capacitação e Treinamento

UPs	ICT		Varição (%)
	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	1,00	2,00	+ 100
CETEM	2,33	2,92	+ 25
CTI	1,81	1,54	- 15
IBICT	0,40	1,57	+ 293
INPA	2,20	1,70	- 23
INPE	0,79	0,79	-
INSA	1,13	0,62	- 45
INT	4,00	3,00	- 25
LNA	1,47	1,02	- 31
LNCC	1,50	2,00	+ 33
MAST	1,10	1,00	- 9
MPEG	1,40	1,00	- 29
ON	1,80	1,40	- 22
Média	1,61	1,58	- 2

ICT = ACT / OCC * 100

Unidade: %, com duas casas decimais

ACT = Recursos financeiros aplicados em capacitação e treinamento no ano.

OCC = A soma das dotações de Custeio e Capital, inclusive as das fontes 150 / 250.

Obs: Incluem-se despesas com passagens e diárias em viagens cujo objetivo foi participar de cursos, congressos, simpósios e workshops, além de taxas de inscrição e despesas com instrutores (desde que pagos para ministrarem cursos e treinamento para servidores da UP), excluídos, evidentemente, dispêndios com cursos de pós-graduação oferecidos pela entidade.

PRB – Participação Relativa de Bolsistas

Conforme pode ser observado nos relatórios executivos disponibilizados ao público na página do MCT na Internet (www.mct.gov.br/scup), o desempenho institucional das UPs é avaliado por uma escala de intervalo de notas entre 0 e 10, aos quais se atribuem conceitos de qualidade (Fraco; Insuficiente; Satisfatório; Bom; Muito Bom; e Excelente). A nota geral anual advém do cômputo individualizado de cada indicador ao qual está associado um peso relativo. Alguns indicadores não têm peso relativizado e, portanto, não têm efeito na nota de desempenho. Esses indicadores servem para complementar as informações e o esforço institucional para atingir sua missão. De certo modo, esse grupo de indicadores não permite governabilidade integral para os gestores das UPs, sendo esse um dos motivos para não terem pesos e não contribuírem para a nota de desempenho final. Este é o caso da participação de bolsistas nos projetos de pesquisa das UPs, que no TCG são relativizados em relação ao número de servidores de carreira.

O PRB é um indicador que pode dar uma visão do grau de interação com os programas de pós-graduação, da contribuição das UPs na formação de recursos humanos para o país e, até mesmo, da necessidade de novos cientistas para desenvolverem as metas dos projetos de pesquisas a serem executados. Os bolsistas computados no PRB são os integrantes do Programa de Capacitação Institucional - PCI, do MCT e categorias equivalentes, não sendo considerados aqueles que possuem bolsas de mestrado ou doutorado (Tabela 11).

Em 2010, o comportamento do perfil geral dos Institutos de Pesquisa foi **-3%** em relação a 2009. A razão para percentuais negativos reside na não utilização integral da quota do programa PCI ou na redução de quota de bolsas de outras fontes de fomento. De um modo geral, as Unidades de Pesquisa otimizam ao máximo a utilização de suas respectivas quotas de bolsas.

Tabela 11. PRB – Participação Relativa de Bolsistas

UPs	PRB		Variação (%)
	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	19	18	- 5
CETEM	48	60	+ 25
CTI	40	41	+ 3
IBICT	20	33	+ 63
INPA	74	79	+ 7
INPE	21	14	- 34
INSA	39	21	- 47
INT	57	43	- 25
LNA	27	23	- 15
LNCC	49	44	- 10
MAST	31	31	-
MPEG	31	39	+ 26
ON	17	16	- 6
Média	36	35	- 3

PRB = NTB / NTS * 100

Unidade: % sem casa decimal

NTB = Somatório dos bolsistas (PCI, RD etc.), no ano.

NTS = N^o total de servidores em todas as carreiras no ano.

PRPT - Participação Relativa de Pessoal Terceirizado

Semelhantemente ao indicador anterior, a participação de pessoal terceirizado não é atribuída um peso relativo e não contribui para nota geral/conceito final. O PRPT, por sua vez, dá um panorama da terceirização que é necessária para que as metas institucionais sejam atingidas por intermédio da situação numérica comparativa entre pessoal interno e externo e os compromissos institucionais de pagamento a terceiros.

Em 2010, o resultado geral apontou para uma redução (variação percentual média) de **-6%** em relação a 2009, conforme se observa na Tabela 12. Esta redução reverte o aumento apresentado nos anos anteriores. Esta redução contradiz ao esperado em função da redução anual de pessoal efetivo das Unidades de Pesquisa, devido ao envelhecimento do quadro de

pesquisadores e gestores: aposentadorias, falecimentos, solicitação de licenças, mudanças de emprego; incipiente abertura de concursos para novas vagas; e à expansão de atividades de pesquisa em novas linhas e metas institucionais, tanto de serviços como de desafios científicos e tecnológicos.

Tabela 12. PRPT – Participação Relativa de Pessoal Terceirizado

UPs	PRB		Varição (%)
	2009	2010	2009 - 2010
CBPF	38	40	+ 5
CETEM	91	51	- 44
CTI	50	101	+ 102
IBICT	66	62,6	- 5
INPA	38	50	+ 32
INPE	74	32	- 57
INSA	56,6	56	- 1
INT	30	8	- 73
LNA	36	36	-
LNCC	54	52	- 4
MAST	51	47	- 8
MPEG	42	42	-
ON	38	46	+ 21
Média	51	48	- 6

$$\text{PRPT} = \text{NPT} / \text{NTS} * 100$$

Unidade: % sem casa decimal

NTB = Somatório do pessoal terceirizado no ano.

NTS = N^o total de servidores em todas as carreiras no ano.

Indicador de Inclusão Social

Introduzido em 2003, esse Indicador ainda necessita de grande aprimoramento, principalmente pelo fato de ser difícil se atingir um consenso da concepção do termo “inclusão social” no contexto das ações e repercussões do avanço do conhecimento científico e tecnológico. Nessa fase experimental e em função da multiplicidade de atuações das Unidades de Pesquisa, o indicador está sendo adotado de uma forma livre, segundo o entendimento de cada UP, conforme denotam as situações a seguir:

CBPF – Programas e Projetos Diretos para a Sociedade;

CTI – Número de Projetos na Área de Inclusão Social;

CETEM – Indicador de Difusão Tecnológica de Interesse Social;

IBICT – Número de cartilhas sobre tecnologias apropriadas distribuídas;

INPA – Índice de Projetos de Melhoria das Condições Sociais;

INSA – N.º de Programas ou Projetos executados de natureza social;

INPE – Número médio de visitas mensais orientadas para a divulgação popular e educacional no Instituto;

INT – Projetos Desenvolvidos na Área de Inclusão Social;

LNA – Número de palestras ministradas em escolas públicas por seus servidores, estudantes atendidos, treinamento de professores da rede pública, programas especiais de divulgação científica junto a comunidades de idosos etc.;

LNCC – Índice de Beneficiários por Evento (IBE), a exemplo de cursos de alfabetização digital organizados pelo Laboratório;

MAST – Número de pessoas atendidas nas atividades de divulgação científica e tecnológica;

MPEG – Número de pessoas atendidas em atividades de extensão voltadas para as comunidades carentes;

ON – Número de ações educativas nas áreas de atuação do ON, em escolas do ensino público.

Como se vê, as atividades direcionadas à inclusão social abrangem divulgação, educação e extensão nas áreas de C&T das diversas Unidades e, assim, torna-se difícil estabelecer uma comparação de ações entre as UPs.

Comentários finais

A análise final dos resultados apresentados pelas Unidades de Pesquisa e compilados pela SCUP, mais uma vez traduz a dificuldade, como também o esforço, que os dirigentes e pesquisadores empreenderam para atingirem as metas pactuadas, evidenciadas nas tabelas constantes do presente documento.

No entanto, não resta dúvida que o TCG representa, tanto para o MCT como para as Unidades de Pesquisa a ele subordinadas, um importantíssimo instrumento de acompanhamento e avaliação da gestão a que elas são submetidas, permitindo, assim, não só uma maior aproximação com o Ministério por intermédio do melhor conhecimento das pesquisas e das dificuldades enfrentadas por cada uma, como também das tendências e rumos a serem reforçados ou corrigidos através das orientações do MCT.

Com isso, o Ministério tem condições de auxiliar os seus Institutos, de maneira mais racional, na solução de seus problemas e na condução de sua missão, ao tempo em que proporciona à sociedade uma visão transparente dos resultados obtidos com as aplicações de recursos públicos nessas instituições. Em 2010, duas Unidades de Pesquisa obtiveram conceito **EXCELENTE** no Termo de Compromisso de Gestão: CBPF e INPA. As demais Unidades de Pesquisa se posicionaram na seguinte escala conceitual decrescente: seis UPs receberam o conceito **MUITO BOM**: CETEM, CTI, INT, MAST, MPEG e ON; quatro UPs o conceito **BOM**: IBICT, INPE, LNA, LNCC; e o conceito **SATISFATÓRIO**: INSA.

Em 2010, destacaram-se as Unidades de Pesquisa do CBPF e INPA que obtiveram o conceito Excelente. O resultado Satisfatório do INSA se repete por três anos consecutivos indicando que esta unidade de pesquisa ainda está em processo de consolidação.

O desempenho sazonal de algumas UPs como CETEM, IBICT, INPA e INT requer uma análise mais aprofundada de seus gestores e membros de seus Conselhos Técnicos Consultivos, para que revejam sua capacidade de realmente aferir sua eficiência e compatibilidade para alcançar as metas específicas para as quais os indicadores foram estabelecidos.

A Tabela 13 apresenta a série histórica dos conceitos das Unidades de Pesquisa.

Tabela 13. Conceitos das Unidades de Pesquisa de 2004 a 2010

UPs	Conceito Geral						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
CBPF	Muito Bom	Muito Bom	Excelente	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Excelente
CETEM	Bom	Bom	Satisfatório	Bom	Excelente	Bom	Muito Bom
CTI	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom
IBICT	Muito Bom	Satisfatório	Bom	Bom	Muito Bom	Satisfatório	Bom
INPA	Muito Bom	Excelente	Satisfatório	Satisfatório	Muito Bom	Bom	Excelente
INPE	Muito Bom	Muito Bom	Bom	Bom	Muito Bom	Muito Bom	Bom
INSA	-	-	-	-	Satisfatório	Satisfatório	Satisfatório
INT	Muito Bom	Bom	Satisfatório	Bom	Satisfatório	Excelente	Muito Bom
LNA	Muito Bom	Excelente	Excelente	Muito Bom	Bom	Excelente	Bom
LNCC	Muito Bom	Bom	Muito Bom	Muito Bom	Bom	Bom	Bom
MAST	Muito Bom	Excelente	Excelente	Excelente	Muito Bom	Excelente	Muito Bom
MPEG	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom
ON	Excelente	Muito Bom	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	Muito Bom

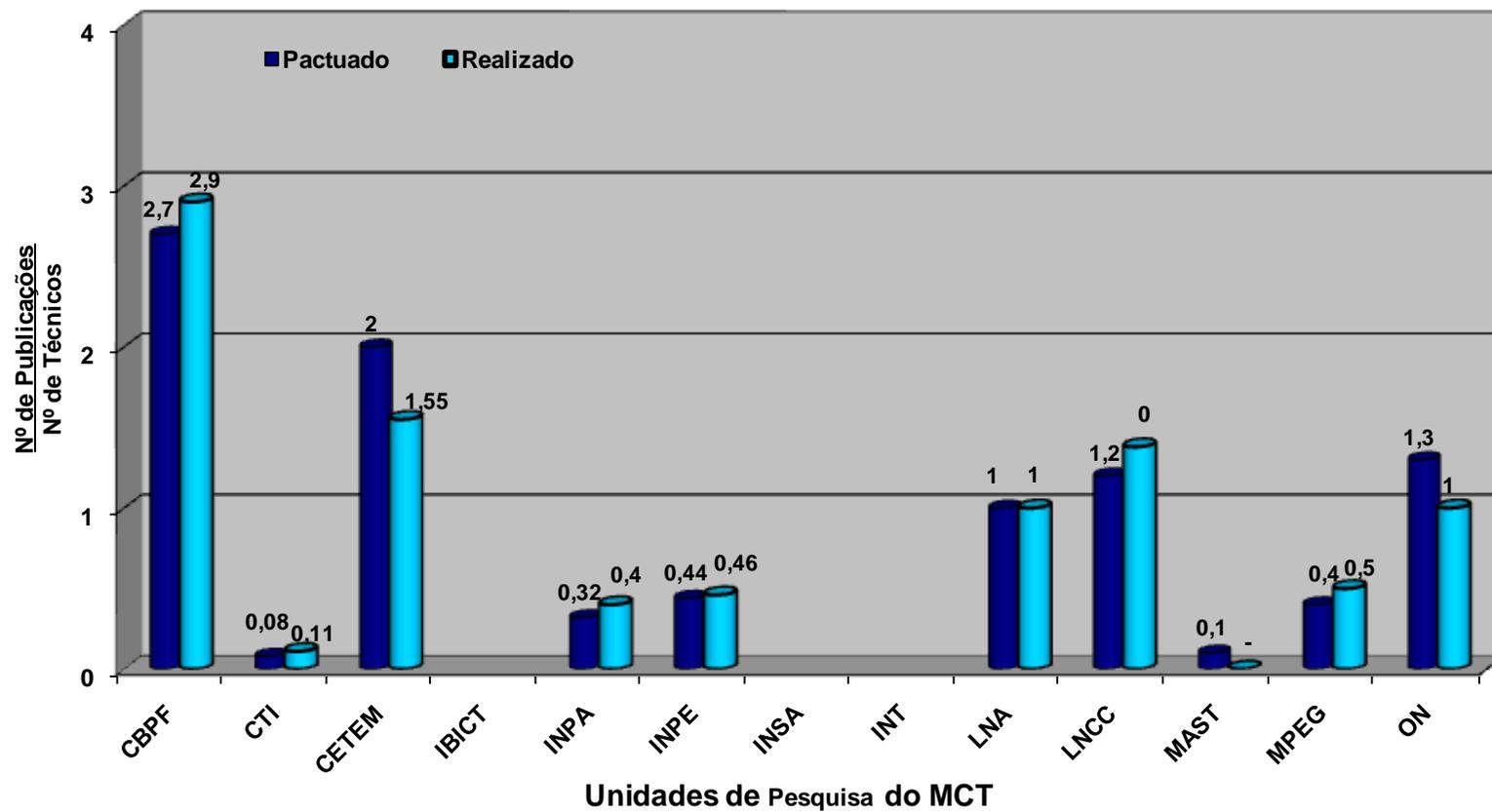
De certa forma, o TCG tem um corpo estável em termos de refletir a gestão com o passar dos anos e um caráter dinâmico no tocante à escolha de alguns indicadores que traduzem o ambiente dinâmico da pesquisa em resposta às demandas de governo e da sociedade em geral.

Outra informação em relação à escolha dos indicadores está afeta aos Planos Diretores das UPs que norteiam um determinado momento institucional de médio ou longo prazo, que influenciam sobremaneira a adoção dos indicadores, balizando-se nas metas gerais estabelecidas segundo os Objetivos Estratégicos, as Diretrizes de Ação e os Projetos Estruturantes neles registrados.

ANEXO
Gráficos sobre os indicadores de
Caráter Nacional

TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010 RESULTADO FINAL

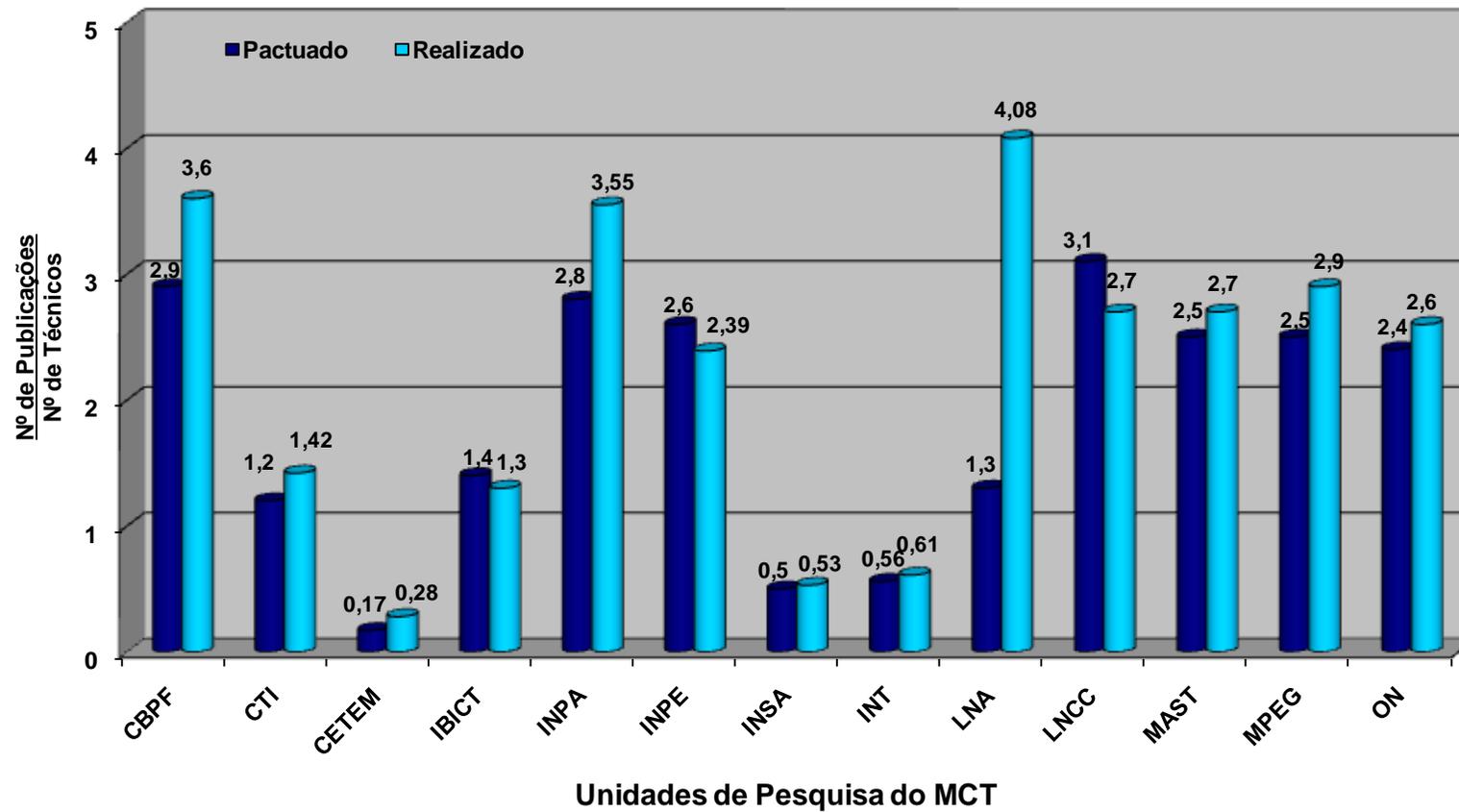
IPUB Índice de Publicações em periódicos com ISSN indexados no SCI*



*SCI = Science Citation Index

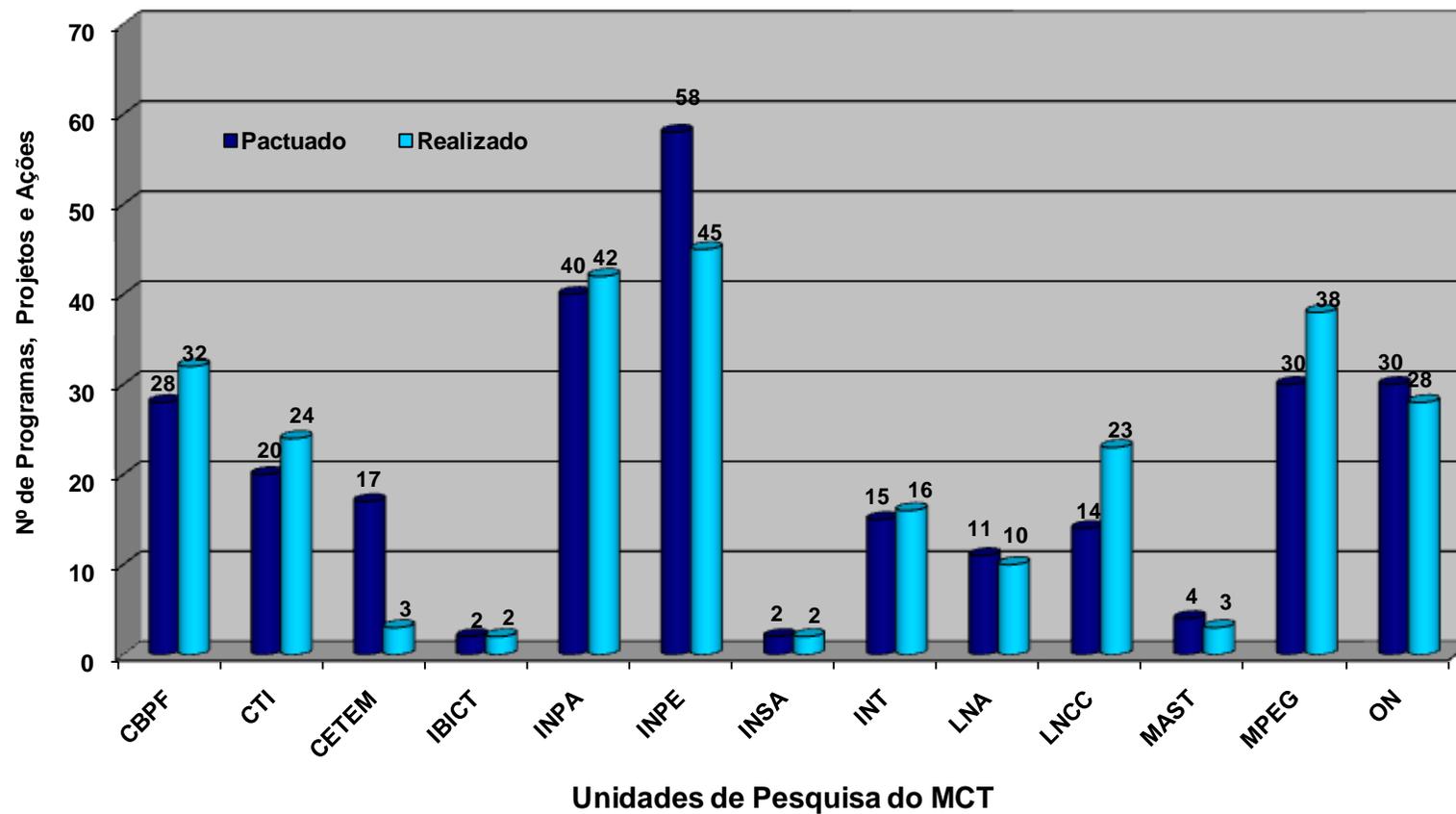
TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010 RESULTADO FINAL

IGPUB Índice Geral de Publicações



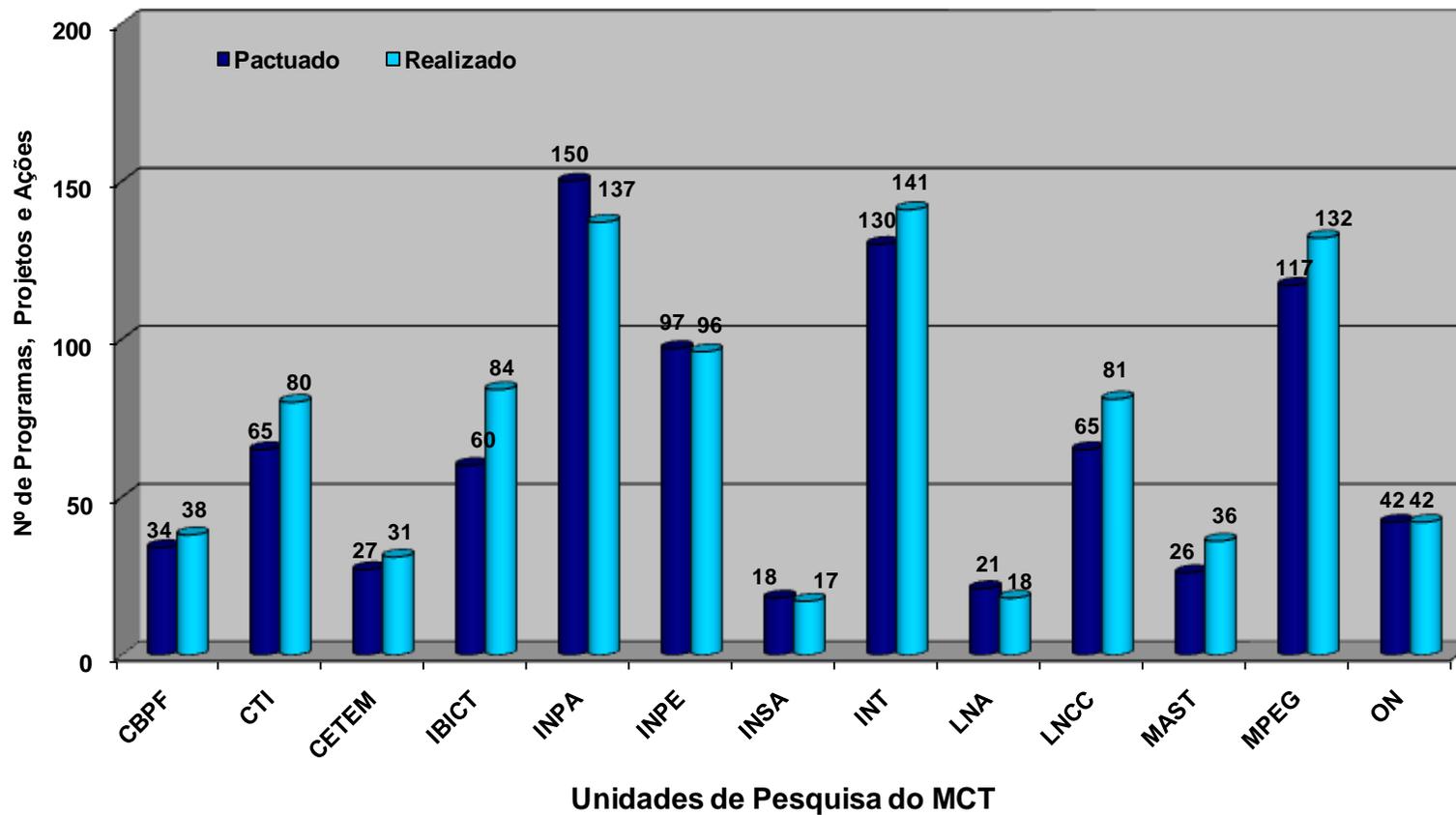
TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010 RESULTADO FINAL

PPACI Programas, Projetos e Ações de Cooperação Internacional



TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010 RESULTADO FINAL

PPACN Programas, Projetos e Ações de Cooperação Nacional

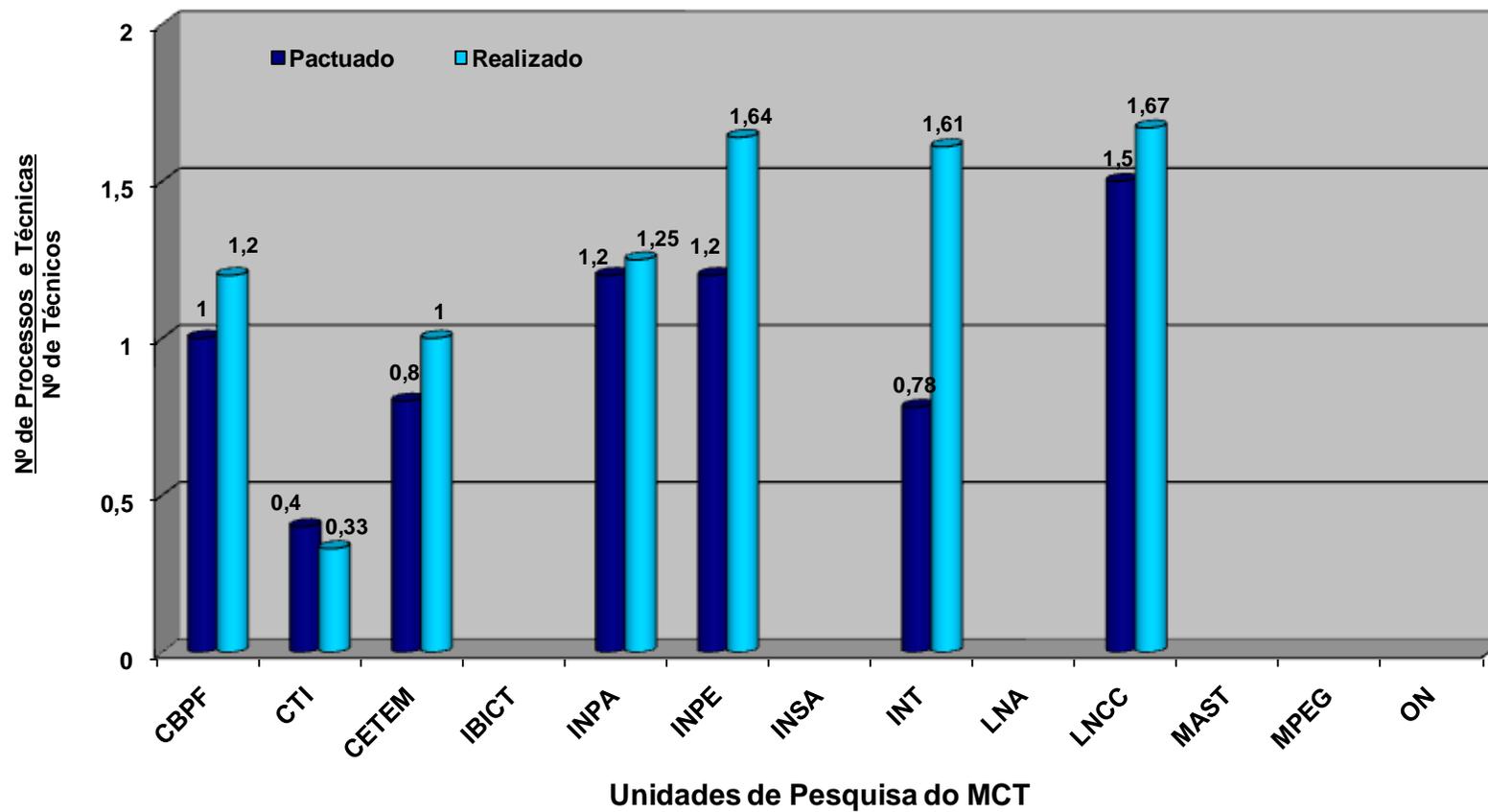


TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010

RESULTADO FINAL

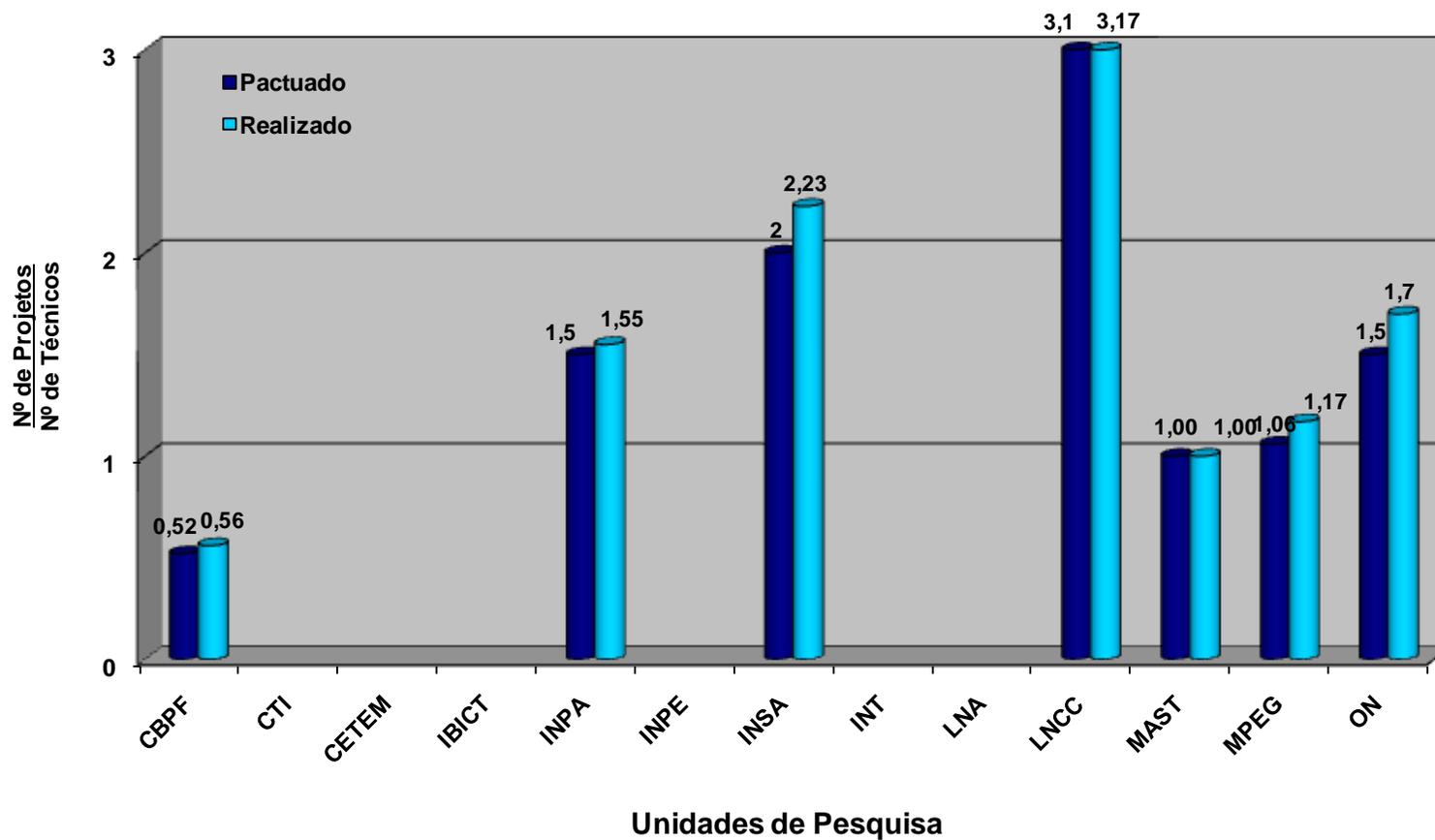
PcTD

Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos

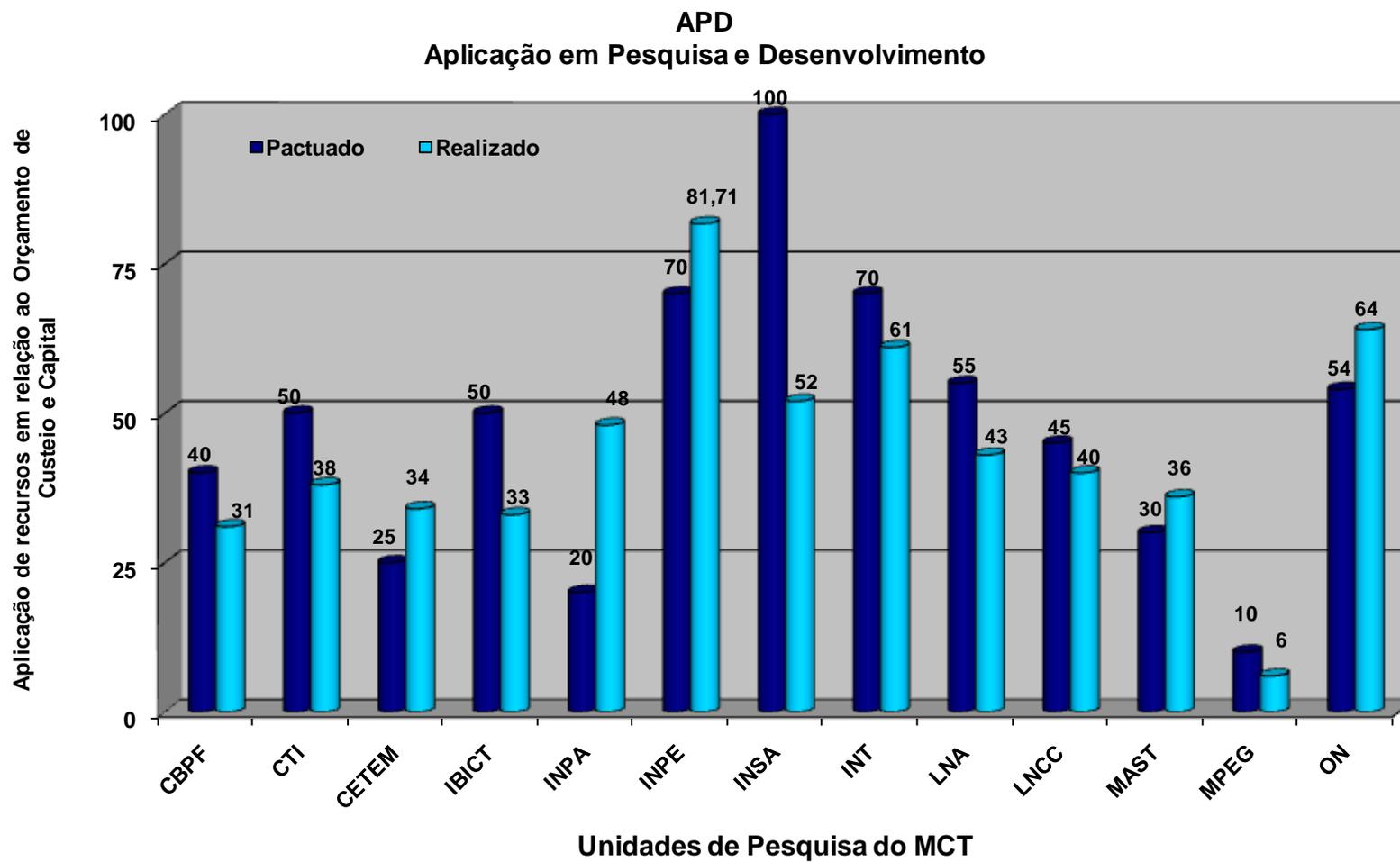


TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010 RESULTADO FINAL

PPBD Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos

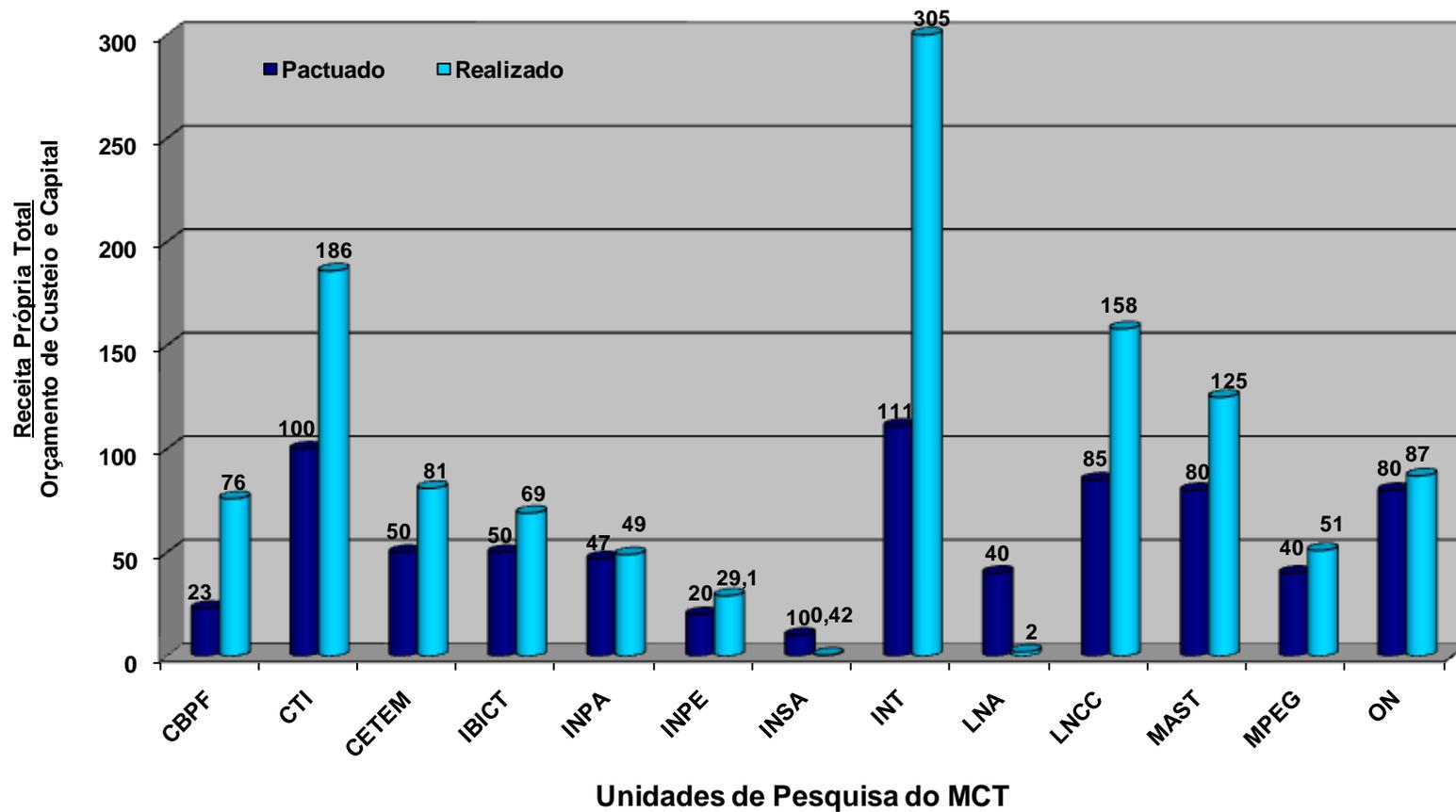


TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010 RESULTADO FINAL



TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010 RESULTADO ANUAL

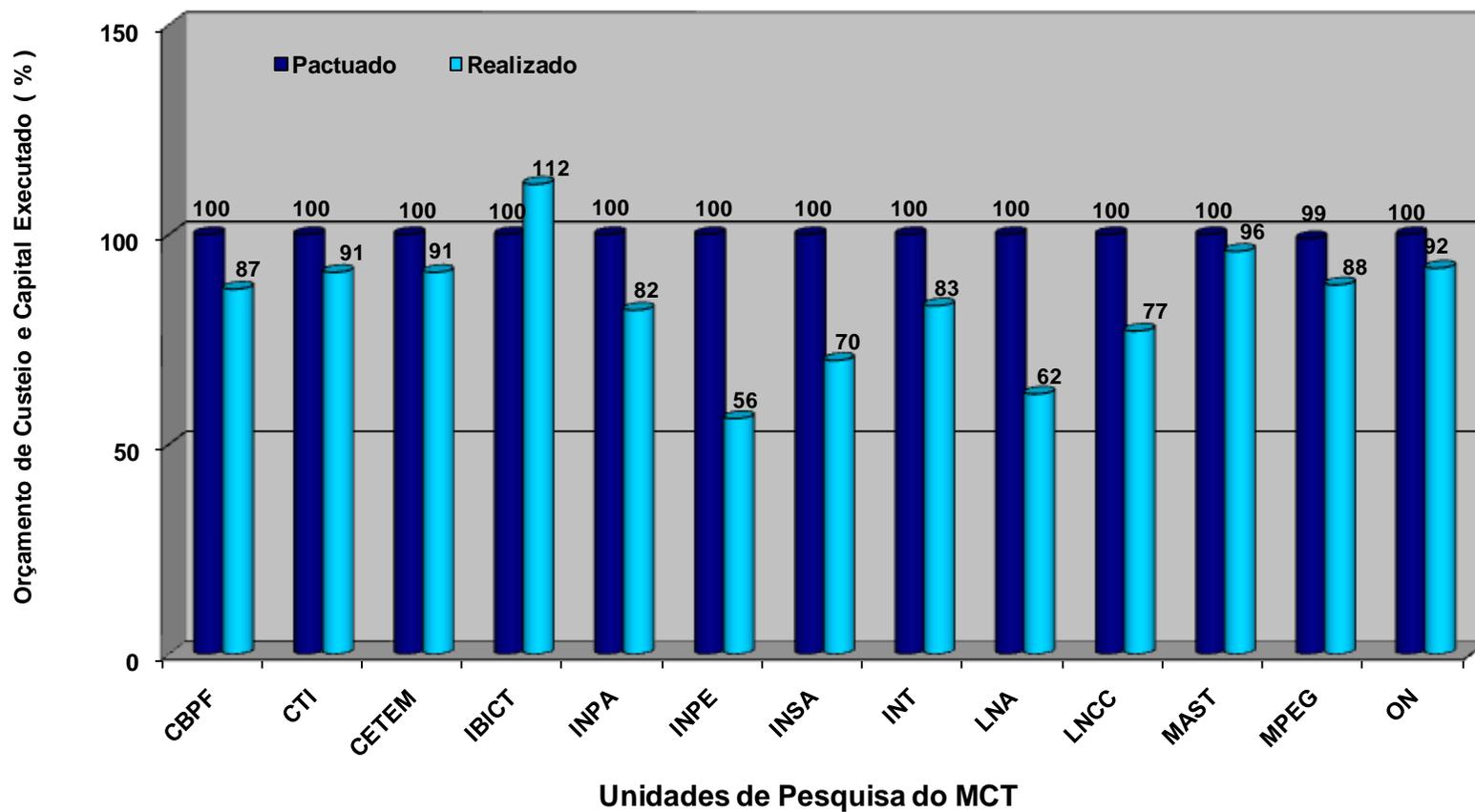
RRP Relação entre Receita Própria e OCC



TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010

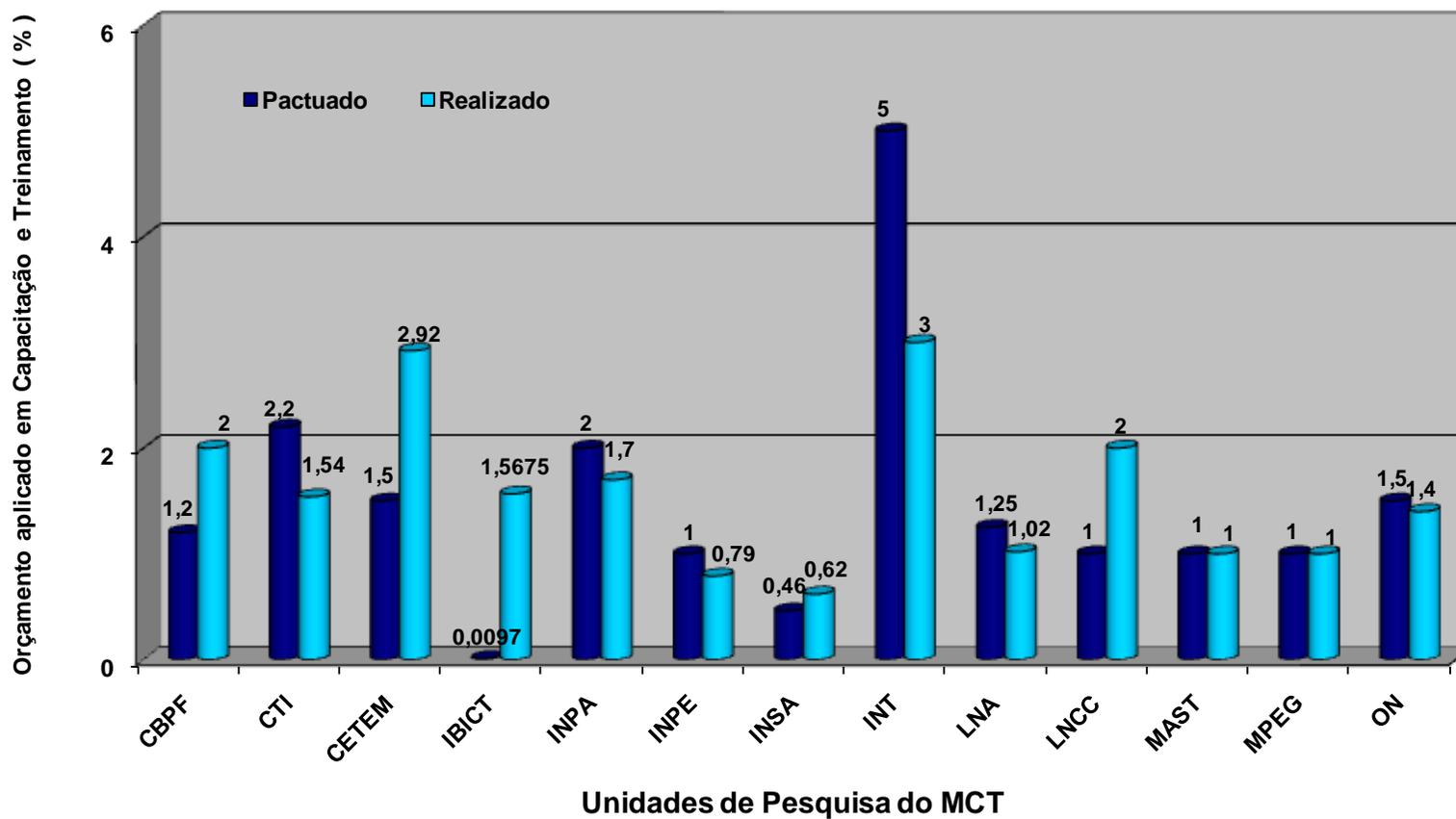
RESULTADO ANUAL

IEO Índice de Execução Orçamentária



TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010 RESULTADO ANUAL

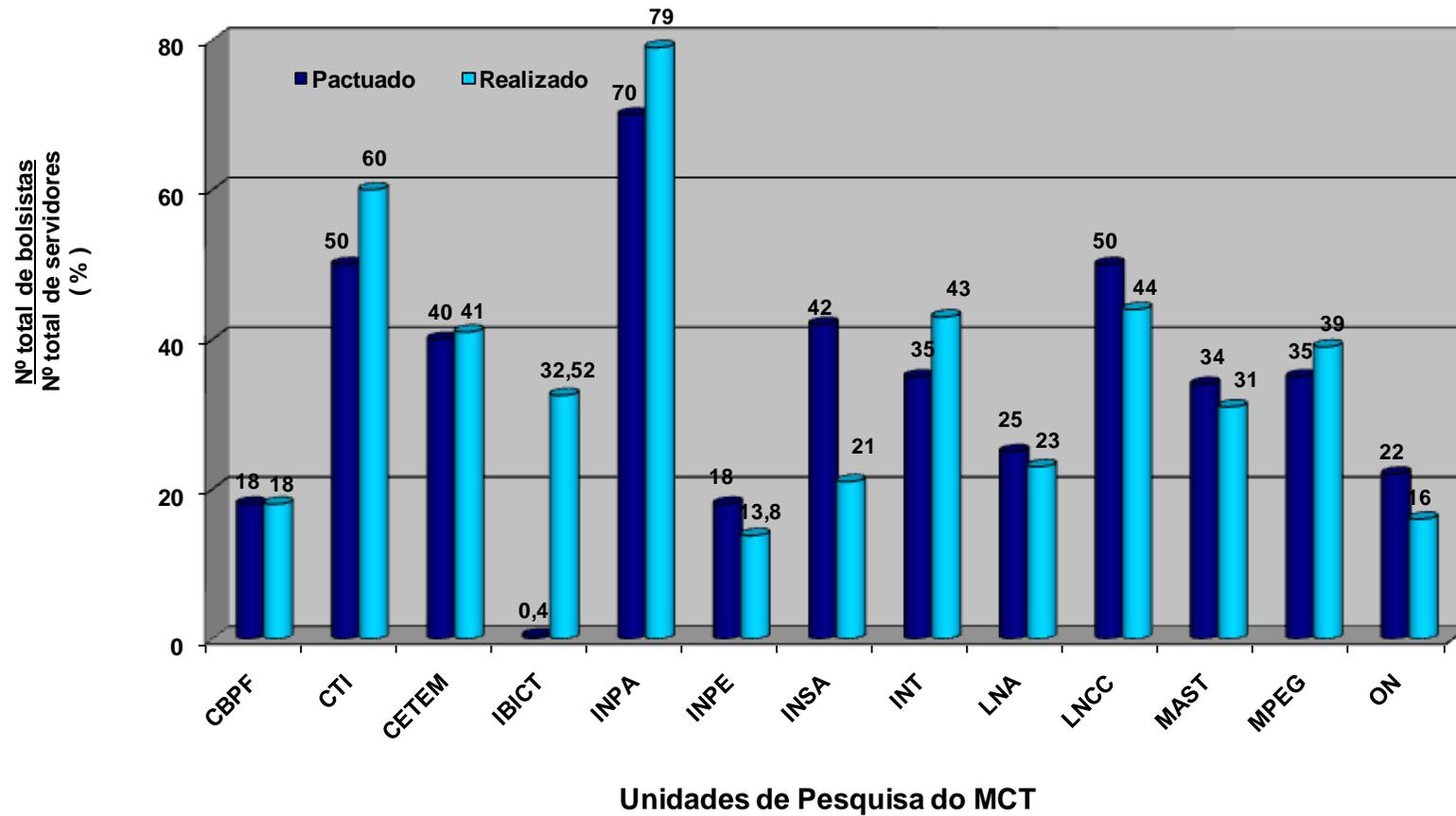
ICT Índice de Investimento em Capacitação e Treinamento



TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010 RESULTADO ANUAL

PRB

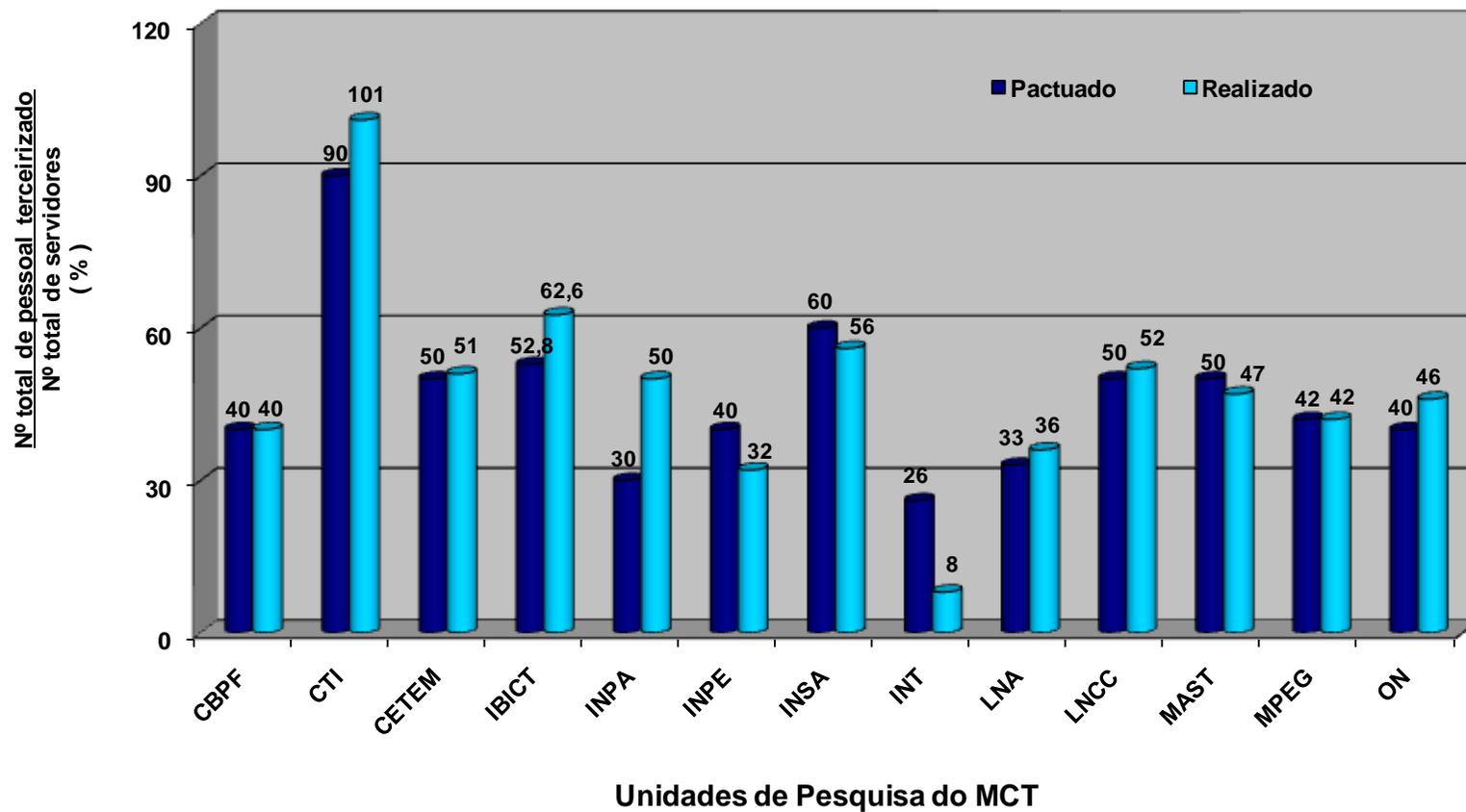
Participação Relativa de Bolsistas



TERMO DE COMPROMISSO DE GESTÃO - 2010

RESULTADO ANUAL

PRPT Participação Relativa de Pessoal Terceirizado



Brasília, Maio de 2011

**Ministério da Ciência e Tecnologia
Secretaria Executiva
Subsecretaria das Unidades de Pesquisa
Coordenação Geral das Unidades de Pesquisa**